

PSDB pode decidir hoje sobre apoio a Sarney ou Tião Viana

A bancada do PSDB tem reunião marcada para hoje a fim de definir seu apoio a um dos candidatos à Presidência do Senado: José Sarney, do PMDB, ou Tião Viana, do PT. Também estão previstos encontros com os candidatos. O presidente do PSDB, Sérgio Guerra, disse que o partido quer compromissos com o fortalecimento do Legislativo. **3**

Abertura de fórum reúne 50 mil em Belém

Cerca de 50 mil pessoas participaram ontem da marcha de abertura da 9ª edição do Fórum Social Mundial, que acontece em Belém. “Tenho certeza de

que este evento contribuirá para que o mundo se dê conta da vida inteligente que existe na Amazônia”, disse Fátima Cleide, presente ao evento. Já o senador

José Nery chamou a atenção para a necessidade de acabar com um dos problemas que afligem a região: a exploração do trabalho escravo. **5**



Indígenas, estrangeiros e integrantes de ONGs e movimentos sociais estiveram entre os participantes da marcha em Belém

Juristas vão discutir na próxima semana minuta do novo Código de Processo Penal **4**

Regulamentação de semente transgênica será analisada por comissões **2**

Projeto de Crivella regula a produção, venda e utilização do insumo geneticamente modificado com a instituição da Política Nacional de Sementes de Mudanças

Comissões avaliam uso de sementes transgênicas

TRÊS COMISSÕES PERMANENTES do Senado foram chamadas a analisar a regulamentação da produção, da comercialização e do uso de sementes melhoradas geneticamente no país. Esse é o foco de projeto de lei do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que institui a Política Nacional de Sementes de Mudanças. Em 2007, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou parecer favorável do senador Jonas Pinheiro – já falecido – à matéria, que agora aguarda manifestação das comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Atualmente, a proposta (PLS 523/07) está sendo reexaminada pelo senador Renato Casagrande (PSB-ES), que havia apresentado parecer pela rejeição perante a CCT. Na justificativa, Crivella observa que a produção de sementes melhoradas no país já conta com “avançadas técnicas de biotecnologia”, mas aponta a resistência ao seu uso pelos produtores rurais. Conforme argumentou



Crivella: melhoramento é fator estratégico para o desenvolvimento

o parlamentar, os agricultores ainda preferem, por questões culturais, produzir mudas em sementeiras próprias ou, por questões financeiras, comprar sementes no “mercado negro”, o que, segundo ele, ameaça a qualidade e a eficiência da safra.

“O melhoramento genético das sementes é um fator estratégico para o desenvolvimento da agricultura brasileira”, afirma Crivella em defesa da proposta.

Ainda de acordo com o PLS 523/07, a Política Nacional de Sementes de Mudanças fixará regras claras de proteção intelectual, combate à pirataria e preservação ao direito de *royalties*; estimulará o uso consciente de sementes e mudas melhoradas pelos produtores rurais; e promoverá a prevenção à ocorrência de pragas e doenças, reduzindo os custos de seu controle.

A proposição estabelece também como missões do poder público, entre outras, definir uma Política Nacional de Sementes de Mudanças, com participação dos setores produtores e consumidores; fornecer crédito rural em volume e recursos compatíveis com as demandas do setor; e incentivar as pesquisas de melhoramento genético, realizadas por instituições integrantes do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária. O projeto será votado em decisão terminativa pela CRA.



Para José Nery, lei atual beneficia firmas mais capitalizadas, como bancos

Nery quer restringir isenção do IR para empresas

As chamadas deduções de juros sobre o capital próprio e as isenções do Imposto de Renda (IR) sobre os lucros e dividendos pagos aos sócios deverão ser anuladas, segundo projeto de lei do senador José Nery (PSOL-PA). A proposta tramita na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde receberá decisão terminativa, com análise orientada por relatório a ser preparado pelo senador Heráclito Fortes (DEM-PI).

Ao justificar o projeto (PLS 98/08), José Nery cita estudo do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco) com a informação de que o governo perde por ano cerca de R\$ 11,3 bilhões em receitas para garantir esses dois tipos de isenções. A anulação dos benefícios depende de revogação de dois artigos (9º e 10) da Lei 9.249/95, considerada pelo senador instrumento de generosas isenções fiscais ao grande capital.

O artigo 9º permitiu que as empresas deduzissem de seus lucros – reduzindo, portanto, a base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) – o total dos juros que teriam sido pagos caso todo o capital tivesse sido tomado emprestado. De acordo com José Nery, a medida beneficia principalmente as grandes empresas capitalizadas, como os bancos. No caso do artigo 10, o resultado foi a isenção do Imposto de Renda de lucros e dividendos distribuídos aos sócios, estejam eles no Brasil ou no exterior.

Proposta coíbe “enriquecimento sem causa” de anistiado político

Os anistiados políticos que acionaram a União por danos morais e materiais poderão ter suas indenizações calculadas de forma a reduzir os altos valores recebidos até o momento e evitar “o enriquecimento sem causa”. A determinação está prevista em proposta do senador Expedito Júnior (PR-RO) que também estabelece a forma de fiscalização das decisões da Comissão de Anistia. O projeto encontra-se sob exame do relator na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senador César Borges (PR-BA).

Alegando um crônico problema orçamentário que causa perda de fôlego financeiro ao Brasil, Expedito Júnior afirma na justificativa do projeto (PLS 517/07) que “avilta a consciência nacional” o fato de poucas pessoas, a título de reparação econômica em razão dos atos havidos durante a ditadura, conseguirem do Estado “sommas escorchantes” em detrimento de outras necessidades e urgências e do bem-estar de milhares de famílias.

O projeto fixa novos critérios para a reparação conferida aos anistiados. Em primeiro lugar, deduz dos valores relativos aos danos materiais

aqueles auferidos em razão de atividade remunerada exercida pelo anistiado durante o período em relação ao qual reivindica a reparação econômica, ou seja, durante o período no qual alega ter sofrido dano em razão dos atos do regime ditatorial instalado no Brasil durante quase duas décadas.

Expedito Júnior assinala que são bem conhecidos os casos de anistiados que não só conseguiram meio de subsistência após a ditadura, como também amealharam um considerável patrimônio material, até mesmo superior ao que teriam caso se mantivessem em seus empregos anteriores.

Quanto ao cálculo dos danos morais, diz o senador, é preciso que ele contemple a capacidade de quem é obrigado a pagar por tais danos, como se faz nos casos envolvendo particulares. Assim, o projeto impõe que se leve em conta a capacidade orçamentária do Estado nesses casos e estabelece que o Tribunal de Contas da União (TCU) passe a integrar a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça. Além disso, a proposta exige consenso entre os membros nas decisões do colegiado.



Expedito Júnior sugere novos critérios para as indenizações

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Senadores tucanos se reúnem para definir posição sobre comando da Casa. Sérgio Guerra espera compromisso de candidatos com "fortalecimento do Legislativo"

PSDB decide entre Sarney e Viana para presidir Senado

A BANCADA DO PSDB decide, em reunião marcada para hoje, qual dos dois postulantes à Presidência do Senado – José Sarney (PMDB-AP) ou Tião Viana (PT-AC) – irá receber o seu apoio. Também estão previstas reuniões da bancada do PSDB com cada um dos candidatos, quando serão discutidos os compromissos que estão assumindo.

– Temos que ajudar com nossos votos a construção de mudanças aqui dentro. O Senado não vai bem, tem que melhorar, em primeiro lugar. E em segundo queremos o compromisso do presidente que vier a ser eleito com relação à democracia, garantias às minorias e fortalecimento do Legislativo – disse o presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), em entrevista à imprensa na tarde de ontem.

Ele negou que o partido lançará candidato próprio ou que exista "uma tendência" pró-Sarney.

Sérgio Guerra informou que os postulantes à presidência das comissões temáticas serão



Sérgio Guerra defende mudanças no Senado

indicados pela bancada – a imprensa divulgou que Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) poderão assumir as comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Assuntos Econômicos (CAE), respectivamente. Ele disse ainda que os dois senadores interessados em ocupar a 1ª vice-presidência do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO) e Alvaro Dias (PSDB-PR), passarão por uma "prévia".

O presidente do PSDB acrescentou que o martelo, entretanto, será "batido" pelo líder, Arthur Virgílio (PSDB-AM), que tem "coisas reais a tratar com relação ao Senado, ao funciona-

mento das bancadas".

O apoio à eleição do deputado Michel Temer (PMDB-SP), na Câmara, também está garantido, segundo Sérgio Guerra. Para o presidente do PSDB, "Temer é o melhor candidato".

2010

Sérgio Guerra também descartou ligações entre a eleição para a Presidência do Senado, o apoio ao petista Tião Viana ou ao peemedebista José Sarney e as eleições presidenciais de 2010.

– A eleição presidencial pressupõe um Legislativo que atue, que mantenha regras democráticas, que dê capacidade de desenvolvimento, fala e reação à oposição, mas não pressupõe apoio de presidente de Senado e Câmara à candidatura à Presidência da República.

Sobre os pré-candidatos do partido à Presidência da República, ele afirmou que existem duas hipóteses: ou eles se apoiam entre si ou haverá prévias "democráticas e limpas" no PSDB.

Senado elege seu novo presidente segunda-feira

O Senado elegerá seu presidente para o biênio 2009/2010 na próxima segunda-feira, em reunião preparatória marcada para as 10h. A eleição será secreta e se fará por registro no painel eletrônico, se houver um só candidato, ou por cédulas de papel colocadas em urna, no caso de mais de uma candidatura. São candidatos à Presidência da Casa os senadores Tião Viana (PT) e José Sarney (PMDB).

Caberá ao atual presidente, senador Garibaldi Alves Filho, a abertura da reunião. Para a votação, o Regimento Interno exige a presença, em Plenário, da maioria absoluta de senadores. O novo presidente, que será escolhido pela maioria simples dos votos dos senadores pre-

sentes, passará imediatamente a dirigir os trabalhos.

A maioria simples de votos é calculada em função do número de parlamentares que tomam parte efetiva na votação, ou a soma aritmética dos votantes, sem levar em consideração votos brancos, nulos ou abstenções. A maioria absoluta é definida como o primeiro número inteiro, imediatamente superior à metade do número de senadores, ou seja, 41 dos 81 senadores.

Pela tradição da Casa, o novo presidente convocará uma segunda reunião preparatória a realizar-se em seguida, destinada a eleger os demais membros da Comissão Diretora: dois vice-presidentes, quatro secretários e

quatro suplentes, em três escrutínios separados. Caso não haja disputa, a eleição para os dois vice-presidentes e para os quatro secretários pode ser feita de uma só vez, mas a escolha dos suplentes precisa ser realizada de forma separada.

Candidaturas

O registro de candidaturas a presidente e demais cargos da Mesa poderá ser realizado até mesmo depois do início da primeira reunião, antes de começar o processo de votação. O acordo sobre os cargos da Mesa e a formalização das candidaturas ocorrerão durante reunião das lideranças partidárias que antecederá as reuniões preparatórias.

Delcídio apoia corte no Orçamento para enfrentar crise econômica

Delcídio Amaral (PT-MS) apoiou a decisão do governo de promover um corte de R\$ 37,2 bilhões na lei orçamentária da União para 2009. O senador foi o relator do projeto do Orçamento deste ano. Em novembro do ano passado, durante a discussão do projeto no Congresso, ele já havia conseguido convencer deputados e senadores a fazer um corte de R\$ 12 bilhões na proposta enviada pelo Executivo.

– Na época, me chamaram até de doido, pois eu reduzi a previsão de crescimento da nossa economia de 4,5% para 3,5%. Para compatibilizar, fizemos um corte de R\$ 12 bilhões. Mas a situação piorou depois disso e o governo está correto. É preciso cautela nesses momentos – afirmou.

O senador disse que esperava "um corte perto de R\$ 20 bilhões" e que, "se estão contingenciando R\$ 37 bilhões, é

porque o governo já sabe que a receita vai cair". Na opinião de Delcídio, o contingenciamento "deve estar levando em conta" a redução de impostos para outros setores, além do automobilístico e da construção civil.

– O Orçamento tem que se adaptar às receitas e, por isso, a atitude do governo é correta e responsável – observou.

Já o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO),

Garibaldi prevê apoio de senadores tucanos a Sarney

Em entrevista ao chegar ao Senado na tarde de ontem, o presidente da Casa, senador Garibaldi Alves, disse que o hipotético apoio do PSDB à candidatura do senador Tião Viana à Presidência do Senado traria um certo abalo, mas não chegaria a virar o quadro, que, para ele, é bastante favorável ao candidato de seu partido (PMDB), o senador José Sarney. Ressalvou, entretanto, não acreditar que o partido declare apoio ao candidato do PT.

– Acredito que o PSDB vá apoiar o senador José Sarney. Não sei se o PSDB vai ser o fiel da balança, mas é uma posição importante a ser divulgada pelo partido – observou Garibaldi.

O presidente do Senado disse que o voto secreto permite que cada um vote de acordo com sua consciência e refutou a teoria segundo a qual o voto secreto pode esconder uma traição.

Garibaldi Alves ressaltou que as informações que vem recebendo deram-lhe convicção de que o pleito no Senado Federal caminha para eleger o senador José Sarney. Disse que 17 senadores do PMDB confir-

maram presença na reunião de hoje, na residência oficial do Senado, que deverá oficializar a candidatura de Sarney. Nomeou os três que estarão ausentes: Jarbas Vasconcelos (PE), Pedro Simon (RS) e Mão Santa (PI), sendo que este último está na Espanha.

Garibaldi Alves assinalou ainda não acreditar que a eleição no Senado afetará os compromissos que as bancadas têm em relação ao governo Lula.

– Até porque o presidente resolveu não interferir e divulgou essa posição ontem [segunda-feira], após reunião com seu conselho de coordenação política – lembrou.

Sobre a presença dos partidos nas comissões temáticas do Senado, Garibaldi Alves observou que a articulação para o comando dessas comissões não obedece muito à lógica de governo e oposição. Perguntado se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) "lhe caíria bem", respondeu ser "uma feliz ideia do repórter".

– Não sei se vai "cair" mesmo, mas não deixa de ser uma ideia feliz – afirmou o parlamentar.

Paulo Lima



Ao receber o relatório final do trabalho da Comissão dos 20 anos da Constituição federal, o presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, definiu como uma coincidência feliz o fato de a efeméride ter ocorrido durante o período em que dirigiu a Casa. O senador destacou que os eventos organizados pela comissão produziram uma

agenda positiva para o Congresso Nacional.

– O próprio presidente Lula, que só tinha estado no Congresso no início do seu governo, quando veio entregar aqueles projetos de reforma, prestigiou a cerimônia, que reuniu constituintes e parlamentares que participaram da elaboração da Constituição de 1988 – ressaltou Garibaldi Alves.



Para Delcídio Amaral, governo está certo em ter cautela e conter gastos

Objetivo dos nove juristas que elaboraram o texto é desburocratizar cada uma das fases do processo penal, inclusive o inquérito policial

Minuta do novo CPP será discutida segunda-feira

A COMISSÃO EXTERNA de juristas realizará duas reuniões na próxima semana – segunda e terça, 2 e 3 de fevereiro – com o objetivo de iniciar a discussão da primeira minuta do anteprojeto do Código de Processo Penal (CPP). O texto a ser apresentado pelo relator, o procurador regional da República Eugenio Pacelli, contém os principais temas analisados pelo colegiado, incluindo princípios, procedimentos, investigação criminal, medidas cautelares e recursos. As reuniões estão marcadas para as 9h na sala dos consultores da Biblioteca Acadêmica

Luiz Viana Filho.

Composta por nove juristas, a comissão foi instalada em 9 de julho do ano passado pelo presidente do Senado, Garibaldi Alves. A intenção é modernizar e atualizar o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41), em vigor há mais de 67 anos. O código regula a trajetória da investigação criminal até a sentença judicial e seus recursos em mais de 811 artigos, distribuídos em cinco livros, com capítulos, divisões e subdivisões. O desafio principal é desburocratizar cada uma das fases do processo, incluindo o inquérito policial.

O requerimento de criação do colegiado é do senador Renato Casagrande (PSB-ES). A exemplo da maioria dos juristas e advogados brasileiros, ele entende que o código está obsoleto em muitos de seus dispositivos, necessitando, portanto, ser atualizado. O trabalho da comissão, que estava previsto para terminar em janeiro, foi prorrogado por mais 120 dias.

Durante as últimas seis reuniões, os juristas defenderam,

entre outros temas, a extinção da prisão especial para pessoas que possuem diploma de nível superior, com exceção para caso

Comissão recebeu contribuições de magistrados, de acadêmicos e da população em geral

de autoridades; a limitação do prazo máximo para prisão preventiva, bem como as circunstâncias em que ela pode ser utilizada; e a instituição da figura do juiz de garantias, que participaria apenas da fase de investigação, não seria responsável pela sentença.

Desde que começou suas ativi-

dades, a comissão externa vem recebendo contribuições para um novo texto do Código de Processo Penal por meio do site www.senado.gov.br/novocpp e pelo e-mail novocpp@senado.gov.br.

O colegiado já acolheu mais de 200 sugestões de magistrados, de integrantes do meio acadêmico e de cidadãos de diversas áreas e atividades. O texto final do anteprojeto será examinado depois pelos senadores, que, a partir dele, formularão um projeto para alterar o Código de Processo Penal.

Genildo Mangêlo



Serviço pressupõe atendimento ao interesse público, diz Marisa

Projeto amplia acesso à exploração de rádios e TVs

O acesso de interessados pela exploração de serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens poderá ser ampliado, segundo projeto que tramita na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informação (CCT). A proposta, de Marisa Serrano (PSDB-MS), tem como objetivo democratizar o setor, proibindo parentes de atuais detentores de licenças de rádio e televisão aberta de também explorar esses serviços.

O projeto (PLS 71/08), que tem Sérgio Zambiasi (PTB-RS) como relator, determina ainda que as emissoras de rádio e de televisão divulguem, por meio de pelo menos dez inserções diárias, informações sobre sua condição de concessionárias, permissionárias ou autorizadas do poder público. A proposição será votada na CCT em decisão terminativa.

Na justificativa, Marisa Serrano avalia que a União, por ser o poder concedente, deve agir em nome do público receptor, garantindo que a exploração de tais serviços seja sempre exercida em razão do interesse público. A senadora diz considerar importante que a população seja informada de “que rádio e televisão não são empreendimentos meramente comerciais, mas um serviço público que pressupõe o atendimento às suas demandas e interesses”.

Também em função do interesse público, ela diz entender que o espectro eletromagnético não pode ser objeto de apropriação por poucas famílias. E lembra, em defesa da matéria, que até a década passada a exploração dos veículos de grande parte da mídia no Brasil esteve concentrada nas mãos de apenas nove grupos familiares, número que caiu para cinco, com a derrocada de alguns desses grupos que deixaram de exercer o controle sobre seus antigos veículos.

O projeto pretende ampliar o acesso à exploração do espectro magnético a outras pessoas ou grupos sociais. Para mudar essa situação, a senadora propõe o acréscimo de dispositivo na lei que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (Lei 4.117/62) com a finalidade de proibir a exploração dos serviços de radiodifusão por cônjuges ou companheiros e pelos parentes, consanguíneos, afins ou por adoção, até o segundo grau, de detentores de concessão, permissão ou autorização.

Casagrande propõe serviço de televisão comunitária

Aguarda recebimento de emendas, até 3 de fevereiro, projeto do senador Renato Casagrande (PSB-ES) destinado a instituir o serviço de televisão comunitária, que, entre outros objetivos, deverá ampliar a abrangência social desse veículo. A proposta, que tramita na Comissão de Ciência e Tecnologia, complementa o serviço de radiodifusão comunitária sonora que é disciplinado pela Lei 9.612/98.

Segundo o projeto (PLS 483/08), assim como ocorre em relação às emissoras de rádio comunitária, o serviço de televisão comunitária será concedido a fundações e associações de caráter comunitário sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação de serviço, e será operado mediante a utilização da tecnologia do sistema de digitalização de sinais adotado no país.

“Entendemos que a legislação que rege a matéria impôs ao sistema de radiodifusão comunitária limites de potência e de cobertura que não se mostram adequados à realidade atual. A fixação de limites tão rígidos acaba por deixar desatendidas coletividades que poderiam ser beneficiadas pelo serviço”, diz Casagrande na justificativa.

De acordo com o senador, a concessão do serviço proposto segue “os mesmos delineamentos legais conferidos ao serviço de radiodifusão comunitária sonora (rádios)”, bem como os mesmos princípios que caracterizam esse serviço. Caberá ao poder concedente designar, em âmbito nacional, para utilização do serviço, pelo menos dois canais de operação de serviço de radiodifusão de sons e imagens, sendo um em VHF e outro em UHF, por região, dentro do Plano Básico de Distribuição de Canais Digitais do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

A outorga que vier a ser concedida terá validade de 15 anos – cinco anos a mais do que o período autorizado para as rádios comunitárias. Fica permitida a renovação da outorga por igual período se todas as exigências da legislação vigente tiverem sido cumpridas. O projeto será votado na CCT em decisão terminativa.



Casagrande apresentou em dezembro projeto que tramita na CCT



É preciso aproximar o cidadão do livro, defende Neuto de Conto

CAE votará criação de fundo de apoio a bibliotecas

Encontra-se na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o projeto de lei que cria o Fundo Nacional de Apoio a Bibliotecas (Funab), de autoria do senador Neuto de Conto (PMDB-SC). A proposta (PLS 310/07), que será analisada em decisão terminativa, conta com o voto favorável de Cícero Lucena (PSDB-PB), relator da matéria. O texto já foi aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde foi relatado por Marco Maciel (DEM-PE).

De natureza contábil e com prazo indeterminado de duração, o fundo financiará especificamente a construção, formação, organização, manutenção e ampliação de bibliotecas, bem como de suas coleções e acervos. Também servirá como instrumento para viabilizar os objetivos da Lei 10.753/03, que institui a Política Nacional do Livro, como a promoção do hábito da leitura e o fomento à produção de publicações.

Indústria editorial

Na justificativa do projeto, Neuto de Conto explica que a difusão do livro e da leitura ocorre com o crescimento da indústria editorial, o que se obtém com políticas de elevação de renda e formação de mercado. Contudo, avalia, essas medidas oferecem resultados a médio prazo, enquanto a melhor alternativa para aproximar o cidadão de forma imediata dos livros seria a criação de um grande número de bibliotecas de bairros.

“Não se pode negar que a proximidade cotidiana com a biblioteca propiciará oportunidade ao cidadão para criar intimidade com o livro, despertará curiosidade para folheá-lo e, por fim, estimulará o desejo pela leitura a fim de melhor compreendê-lo e apreciá-lo”, argumenta o senador.

Em seu relatório, Marco Maciel destaca que 15% dos municípios brasileiros, ou aproximadamente mil localidades, nem sequer contam com uma biblioteca. Na maioria de outras 4 mil cidades equipadas com bibliotecas, as consultas estão praticamente restritas a estudantes, o que denuncia outra falta, segundo o senador: não existem bibliotecas em número suficiente ou com acervo atualizado disponíveis para toda a população.

José Cruz

Diversidade e destaque dado aos povos da floresta marcaram o início da 9ª edição do evento, que está sendo realizado na Amazônia, em Belém

Marcha de 50 mil pessoas abre Fórum Social Mundial

CERCA DE 50 mil pessoas, manifestantes de organizações do mundo todo, participaram na tarde de ontem, em Belém, da marcha de abertura da 9ª edição do Fórum Social Mundial. Nem mesmo a chuva silenciou os tambores que tocavam os mais diferentes ritmos. A senadora Fátima Cleide (PT-RO) elogiou a marcha.

– É uma emoção muito grande de ver a diversidade cultural e política aqui representada. Eu tenho certeza de que esse evento contribuirá, e muito, para que o mundo se dê conta da vida inteligente que existe na Amazônia e da necessidade que todos temos de formar uma grande corrente em defesa desse patrimônio – declarou.

Além da celebração, o propósito do fórum é chamar a atenção para algumas questões sobre as quais nada há para se comemorar, explicou José Nery (PSOL-PA), que faz parte da comitiva pela erradicação do trabalho escravo.

– Temos a esperança de que nossa participação nesse fórum se constitua num importante movimento de apresentação para o universo dessa tragédia que é a existência da escravidão no Brasil, no sentido de ampliar a mobilização para a erradicação dessa chaga social – disse o senador.

Presidente da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo do Senado, Nery lembrou que um dos principais objetivos da presença da Frente Nacional de Combate ao Trabalho Escravo no fórum é ampliar o número de assinaturas de apoio à Proposta de Emenda à Constituição 438/01, que prevê o confisco de terras onde sejam encontrados trabalhadores em situação análoga à de escravo. Até agora, o movimento reuniu cerca de 300 mil assinaturas.

Para o motorista de táxi Jorge Moraes da Silva, que trabalhou durante o evento, o balanço do dia foi positivo.

– Eu acho importante a sociedade civil se manifestar, reivindicar seus direitos, e se isso puder acontecer assim, de forma pacífica, melhor ainda. Nós vivemos em um mundo muito bonito, mas muito desigual – destacou.



Manifestantes de mais de 150 países marcham ao som de diferentes ritmos tocados por tambores, na abertura de fórum que começou ontem e vai até 1º de fevereiro

“Mais que receber ativistas, Amazônia quer dialogar com o mundo”

Para o Conselho Internacional do Fórum Social Mundial, o grande diferencial da atual edição do evento, que acontece em Belém, é o destaque dado aos povos da floresta.

A programação de hoje, batizado de Dia da Pan-Amazônia, será toda dedicada a temáticas regionais, em diálogo com outras regiões do mundo. A Pan-Amazônia abriga nove países: Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname, Venezuela e Guiana Francesa.

– Já tivemos fóruns na Índia, na África, e, em nenhum desses

fóruns, os africanos ou indianos tiveram um dia para discutir suas questões. Mas nós conseguimos dizer que, aqui, não queríamos simplesmente preparar a logística para que outras pessoas viessem dizer o que queriam para a Amazônia. Queremos dizer isso ao mundo, e queremos um dia inteiro dedicado a essas questões – disse Aldalice Otterloo, integrante do comitê organizador.

A comissão também informou que as propostas resultantes das 2.310 atividades inscritas no fórum serão apresentadas ao final

do evento, em 1º de fevereiro, na “Assembleia das Assembleias”.

– Todas as atividades que se realizam no fórum são autogestionadas [de responsabilidade dos próprios propositores]. Ninguém recebe cachê. A ideia é descobrir convergências entre diferentes trabalhos e lançar iniciativas para mudar o mundo. Elas vão dar margem ao lançamento de campanhas e ações – explicou Chico Whitaker, membro da Comissão Brasileira de Justiça e Paz.

Oded Grajew, um dos idealizadores do fórum, observou que essa mesma dinâmica de

atividades permitiu que, em edições anteriores, os debates tivessem sido capazes de antever os rumos do capitalismo mundial. Ele lamentou que “as soluções propostas para a crise que já se desenhava naquelas ocasiões não tenham sido levadas em consideração”.

– Diziam que os recursos eram limitados. Agora na crise, de repente, apareceram trilhões de dólares para socorrer montadoras, bancos e empresas falidas e que poderiam ter sido usados para combater a pobreza, melhorar saúde e a educação.

Cursos a distância do ILB iniciam inscrição dia 2

Começa no dia 2 de fevereiro a pré-matrícula para os cursos a distância com tutoria oferecidos pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB). Servidores públicos de todas as esferas do Poder Legislativo poderão se inscrever num dos cursos dessa modalidade programados para o primeiro semestre de 2009.

As inscrições vão até o dia 20 de fevereiro e devem ser feitas pelo site do ILB.

O curso Economia Descomplicada tem por objetivo difundir conhecimentos sobre a área, em linguagem clara e de fácil entendimento. Já o curso Gestão Administrativa no Setor Público visa disseminar conhecimentos

sobre inter-relacionamento e liderança na gestão pública. Ambos têm carga horária de 80 horas. Também na área de administração pública, o curso Licitação e Contratos Administrativos, com duração de 60 horas, tratará da legislação que diz respeito aos processos licitatórios e de contratação. Já

o curso Fundamentos de Integração Regional: O Mercosul, com carga horária de 80 horas, abordará os fundamentos de processos de integração, com ênfase no Mercosul e no papel a ser desempenhado pelos congressos nacionais no contexto da consolidação desse bloco econômico.